



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Ata nº 12/2014

ATA DA 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2014 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, pelas vinte horas e vinte e quatro minutos reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em 10ª Sessão Extraordinária de 2014, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DE ATAS-----

PONTO 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA-----

PONTO 3 – PROPOSTA DE ANULAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E RECOLHA DE EFLUENTES DO CONCELHO DE ODIVELAS-----

PONTO 4 – PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR – CONTRATO FINANCIAMENTO SOB A FORMA DE ABERTURA DE CRÉDITO.-----

PONTO 5 - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE EMPRESAS.-----

PONTO 6 – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM PROJETO DE APOIO À CRIAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS PROMOVIDOS POR MULHERES.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

PONTO 7 – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM PROJETO DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO JOVEM -----

PONTO 8 – SUBSCRIÇÃO DA “CARTA DA GOVERNAÇÃO A VÁRIOS NÍVEIS NA EUROPA”.. -----

PONTO 9 – ATIVIDADE DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo Membro **Alcina Trindade**. -----

Na bancada do **PS**, a Presidente da Junta de Freguesias da União de Freguesias de Pontinha e Famões, **Corália Rodrigues**, pelo Substituto Legal, **Alberto Barreiro**. -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Maria João Pereira Teodoro Rocha Loya**, pelo Membro **João Pinto**. -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Lídia Mateus**, pelo Membro **Raquel Rodrigues** -----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Carlos Roda**, pelo Membro **Pedro Martins**. -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, **verificou-se a presença dos 34 Membros da Assembleia Municipal**, tendo-se registado as ausências dos membros José Pignatelli, Isabel Coelho e António Pedro, pelas bancadas do **CDS/PP**, **PS** e **CDU** respetivamente. -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pelo Senhor Vice - Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins e os Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs Vereadores: Maria da Luz Nogueira, pela bancada da CDU, Paulo César Teixeira, Fernanda Franchi, Mónica Vilarinho, pela bancada do PS, Carlos Bodião e Sandra Pereira, pela bancada do PSD. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P

Ø

Dr.

Havendo Quórum o **Sr Presidente da Assembleia** deu início à Sessão da Assembleia -----

O **Senhor Presidente, Miguel Cabrita** informou que deram entrada na Assembleia Municipal dois documentos das Bancadas da **CDU** e um requerimento do **BE**, ambos sobre a inexistência do PAOD nesta Sessão. -----

Pelo **Senhor presidente** foram prestados os devidos esclarecimentos quanto ao assunto em questão. ----

No âmbito deste assunto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia: -----

Armindo Fernandes pela bancada da **CDU**, fez um ponto prévio para reclamar a falta do PAOD nesta sessão extraordinária da AM. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia, Miguel Cabrita**, prestou esclarecimentos complementares sobre a interpretação da Mesa sobre este ponto do regimento -----

José Falcão pela bancada do **BE**, fez um ponto prévio para frisar que esta sessão da Assembleia Municipal deve ter PAOD -----

O **Senhor Presidente, Miguel Cabrita**, reiterou os esclarecimentos anteriores -----

Edgar Valles pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para frisar que a bancada do PS concorda com a posição do Presidente de Mesa da Assembleia. Como se vai realizar uma sessão na próxima quinta-feira e vai ter PAOD - sendo esta uma sessão ordinária. O PAOD serve para apresentar questões que não estão na ordem de trabalhos. -----

Luís Salmonete pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para referir que discorda com a tomada de decisão do Presidente de Mesa e entrega a este a decisão final quanto à questão. Lembra que o que foi acordado é que a primeira sessão extraordinária do mês teria PAOD. -----

Lúcia Lemos pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção para frisar que está tomada de decisão é contra o espírito e o regimento que foi aprovado. A CDU é contra a anulação dos PAOD's. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pr

João

João

O Senhor Presidente, Miguel Cabrita esclareceu que esta interpretação não pretende eliminar os PAOD e que estes continuarão a existir-----

Pelo Senhor Presidente foi colocado à votação o requerimento acima referido, apresentado pelo BE, tendo sido **rejeitado por maioria**, com os votos a favor das bancadas do **BE** e da **CDU** e com os votos contra **PS** e **PSD**.-----

O Sr Presidente da Assembleia informou o plenário que estava aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**.-----

O Sr. Presidente da Assembleia informou todos os presentes que se registou **uma** inscrição.-----

O Sr. Rui Martins fez referência ao Proc. N.º 11235/DV - DGOU-----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----

João Curvelo pela bancada do **BE** apresentou um ponto de ordem sobre respostas aos requerimentos. ---

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----

João Curvelo pela bancada do **BE**, apresentou um voto de protesto sobre os prazos legais de resposta aos requerimentos-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

Pelas 20h50m registou-se a entrada de **José Pignatelli** da bancada do **CDS/PP**-----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DE ATAS-----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
J
D

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** foram colocadas à votação as atas nºs nº 21/ 2013-2017 - 3ª Extra do Quadriénio, realizada no dia 19 dezembro; ata nº 22/2013-2017 – 1ª Sessão Ordinária Quadriénio, realizada no dia 23 dezembro; ata nº 23/2013- 2017 – 4ª Extra Quadriénio; realizada no dia 30 dezembro. No ano de 2014 ata nº1/2014 – 2ª sessão Extraordinária, realizada no dia 24 fevereiro, a ata nº 2/2014 – 1ª Sessão Ordinária, realizada no dia 27 fevereiro e a ata n.º 10/2014 – 8ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 29 de maio. -----

Foram colocadas à votações as seguintes atas: -----

Ata nº 21/2013-2017 foi **Aprovada por Maioria** com a abstenção do Pedro Martins, Alberto Barreiro, e José Pignatelli, pelas bancadas do PSD, PS e CDS/PP respetivamente. -----

Ata nº 22/2013-2017 foi **Aprovada por maioria**, com as abstenções de Pedro Martins, Fernanda Fitas e Alberto Barreiro pelas bancadas do PSD, PS respetivamente. -----

Ata nº 23/2013-2017 foi **Aprovada por maioria** com as abstenções de Paula Paçó, Fernanda Fitas, José Pignatelli, Alberto Barreiro pelas bancadas do PSD, CDS/PP e PS respetivamente. -----

Ata nº1/2014 foi **Aprovada por maioria** com as abstenções de Fernanda Fitas, Pedro Martins, José Pignatelli, Tânia Beleza e Alberto Barreiros pelas bancadas do PSD, CDS/PP e PS -----

Ata nº 2/2014 foi **Aprovada por maioria** com as abstenções de Alberto Barreira e Tânia Beleza, Pedro Martins pelas bancadas do PS e PSD respetivamente -----

Ata n.º 10/2014 foi **Aprovada por maioria** com as abstenções Alberto Barreira, Nuno Gaudêncio Tânia Beleza pela bancada do PS -----

PONTO 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA -----

Presente para deliberação, a Prestação de Contas Consolidadas, de acordo com a informação nº interno/2014/5582 de 2014-06-13, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 12ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 2014-06-18, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto

Usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:

"Com a inclusão das contas das Empresas Municipais na prestação de contas da câmara é dado mais um passo para a chamada consolidação das contas.

Apesar desde passo importante que resulta da Lei de Finanças Locais ainda subsistem reservas que estão vertidas na Certificação Legal das Contas Consolidadas por parte da PKF & Associados, SROC, Lda e que têm a ver com a valorização dos Terrenos e de Outras Construções e Infra Estruturas, e que irá ser efetuada durante o presente ano.

Esperemos pois, que isso seja feito e que as contas que virão no próximo ano já não tenham essas pequenas deficiências em termos de informação de modo a que não haja qualquer reserva por parte do Revisor Oficial de Contas e da Assembleia Municipal."

Lúcia Lemos, pela Bancada da **CDU** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.

José Pignatelli pela bancada **CDS/PP** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.

António Ramos pela bancada do **PS** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.

Ilídio Ferreira, Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para referir que havia alternativas e referiu o processo da PPP que foi para o Ministério Público.

Pelas 21h25m registou-se a entrada de **Isabel Coelho** da bancada do **PS**

José Falcão pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção para argumentar que, não concorda com a análise feita por António Ramos, atendendo a que não referiu as alternativas que outras forças políticas apresentaram.



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures)

Fernando Painho pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para lançar o repto de um debate sobre a Escola dos Apréstimos e o Pavilhão Multiusos, porque havia alternativas mais baratas, devendo ficar explícito que a seguida foi um erro. -----

António Ramos pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para abordar a questão da relação jurídico-financeira entre a CMO e as empresas municipais. -----

Fernando Painho pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para dizer que a "arquitetura financeira" das PPP's é desnecessária e que, por exemplo, poderia ter sido lançado um concurso público para a escola em questão. -----

Edgar Valles pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para argumentar que o ponto refere um período temporal de exercício muito específico. -----

Ilídio Ferreira, Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, pela bancada da **CDU**, fez uma intervenção para esclarecer que, quem referiu um período temporal diferente de 2013 foi o **PS**. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Lúcia Lemos, pela Bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção, para fazer uma análise sobre o exercício de 2013. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para afirmar que a Câmara terá que desistir da queixa. -----

José Pignatelli pela bancada **CDS/PP** proferiu uma intervenção para perguntar à CMO pelos custos da instalação do município e se já há decisão em tribunal sobre esta matéria -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature)
(Handwritten signature)

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do **PS e PSD**, e com os votos contra das bancadas do **BE, CDU e CDS/PP**.-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos, José Pignatelli e António Ramos**, pelas bancadas da **CDU, CDS/PP e PS** respetivamente, que seguidamente se transcrevem: -----

Lúcia Lemos – -----

“Não sendo exigência do POCAL a apresentação da prestação de contas consolidadas, a nova lei das finanças locais (73/2013) obriga para os municípios que têm empresas municipais (entidades intermunicipais ou entidades associativas) devem apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Ora, sendo o grupo municipal de Odivelas composto pela CMO, Municipália, Odivelas Viva e, além destas faz também parte a SIMTEJO, pois a CMO detém 3,5% dos capitais sociais daquela empresa, há a obrigação legal de apresentação das contas consolidadas referentes ao ano de 2013. -----

Esta consolidação das contas de 2013 vem apenas confirmar, nomeadamente em relação à Odivelas Viva, mas também quanto à Municipália, tudo o que os eleitos da CDU têm dito ao longo de todos estes anos! -----

Na verdade, as taxas de execução, quer da receita quer da despesa, estão abaixo das taxas de execução do ano de 2012. As taxas de execução são a decorrência normal de um orçamento desajustado da conjuntura que o país vive. -----

Apesar de ser sempre apresentado como bandeira da CMO o rigor nas contas, continuamos a verificar valores avultados de despesas assumidas e não pagas: 16,6 milhões de euros. -----

Quanto à Municipália a CMO terá de reconhecer, mais cedo do que tarde, mais à força do que de vontade, que mantém teimosamente uma estrutura municipal que, como mostram as contas, é um sorvedor de dinheiros públicos. -----

Sempre dissemos e reafirmamos, a maioria dos serviços assegurados pela Municipália deverá ser assumida pelos serviços municipais. É caso para dizer, não quiseram reconhecer a bem, vão fazê-lo à força. -----

E que dizer da engenharia financeira da Odivelas Viva? Nunca é demais lembrar que essa imitação da era Sócrates no domínio das PPP sai muito cara aos munícipes de Odivelas. Foi o futuro do Concelho hipotecado até 2036, com encargos mensais avultados. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Todas estas opções mereceram o voto contra da CDU e hoje não será exceção. O PS e PSD são os únicos responsáveis pelos demandos financeiros que estas contas refletem. -----

Razões, mais do que suficientes, para a CDU votar contra. -----

José Pignatelli - -----

“É a primeira vez que se coloca em Assembleia Municipal de Odivelas a votação da “Prestação de Contas Consolidada”. Este procedimento decorre da imposição legal, através da Lei das Finanças Locais, o Lei 73/2013. -----

Mais uma vez de se demonstram três preocupações maiores que resultam da apreciação das contas e da execução orçamental de 2013: -----

I. -- 16,6 Milhões de euros de compromissos que não se conseguem pagar. -----

II. -- A inclusão sucessiva nos orçamentos e opções do plano anuais dos 18,3 milhões de euros relativos às custas de “instalação” do município que não se conseguem cobrar há anos e se encontra em fase de recurso da decisão improcedente já anunciada. Este é um montante que acaba por avolumar, todos os anos, o orçamento da Câmara Municipal, aumentando as dificuldades a execução orçamental. -----

III. --- Os capitais próprios da empresa público-privada (PPP) Odivelas Viva voltarem a ser negativos no final de 2013, a 31 de Dezembro, desta vez em 713.452 euros. Isto acontece decorrido um ano em que também se registaram capitais negativos superiores a 400.000 euros e que foram repostos por autorização dada pela maioria do Executivo camarário. -----

IV. -----

Esta prestação de contas consolidada revela as preocupações que já aqui, em sessão anterior desta Assembleia aludi, aquando da apreciação e votação da apresentação das contas do exercício de 2013. ---

Mantendo a minha coerência e preocupação relativamente a esta matéria, VOTO CONTRA.” -----

António Ramos - -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature)
(Handwritten signature)

"A Lei 75/2013, de 3 de Setembro, veio estabelecer um novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, obrigando a uma consolidação das contas, no caso de Odivelas a consolidação das contas do Município, da Municípalia EM e da Odivelas Viva, SA. -----

Pretende-se com esta Lei, que entendemos como muito positiva, um maior e melhor controlo legal e político, mas também mais informação, tornando assim mais clara e transparente a relação jurídico/financeira existente entre a Câmara Municipal e as empresas onde esta detenha participações financeiras. -----

*Relembramos que a CMO detém ainda posições acionistas na Simtejo, 3,5% e na Valor Sul, 0,54%, sendo a participação -----
Financeira na Simtejo relevada pelo método do custo de aquisição na presente consolidação. -----*

Analisemos então as contas das 3 entidades que por força de lei consolidam contas na CMO. -----

O Município - O ano de 2013 continuou a ser marcado por grandes dificuldades, por efeito da crise económica e financeira, situação que continuou a influenciar negativamente as receitas municipais. -----

*Receitas municipais com uma execução de cobrança na ordem dos 67%, sendo que as receitas correntes se situaram nos 84,5% e as receitas de capital a situarem-se nos 15,2%, estas a serem penalizadas pela menor transferência do OGE como da ainda não cobrança da verba orçamentada e a receber do Estado como custos de instalação do Município, contra quem decorre uma acção judicial. -----
Acção judicial que entendemos deverá ser levada até às últimas instâncias judiciais. -----*

A despesa apresentou-nos uma execução de 65%, com a despesa corrente a apresentar uma execução de 70,9% e a de capital a situar-se nos 47,8%. -----

Um Resultado Líquido do Exercício de 5.744 milhões €. -----

Resultados Operacionais positivos em 1.604 milhões €. -----

Uma redução da dívida de 7 milhões de euros. -----

Estes são 3 factos importantes, muito importantes, entre alguns outros, que entendemos aqui destacar nas contas de 2013 do Município. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

- A Municpália EM-----

Devemos dizer, Sr., Presidente, Sra., Presidente, que entendemos que as contas da Municpália deveriam ser do conhecimento desta Assembleia, a exemplo do que tem acontecido com a Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros, aliás estamos a falar de contas que são públicas.-----

Também para a Municpália EM., o ano de 2013 se revestiu de grandes dificuldades, como o comprovam os resultados negativos acima dos 700 mil euros, resultado de um conjunto de fatores que é importante aqui salientar: investimentos necessários e de alguma grandeza efetuados tanto no Pavilhão Multiusos como nas Piscinas Municipais, a que devemos juntar o aumento de IVA em matérias primas fundamentais para o funcionamento tanto do Pavilhão como das piscinas, assim como a regularização dos subsídios aos trabalhadores.-----

Mas devemos salientar que em nossa opinião o ano de 2013 não deverá servir de exemplo do que têm sido os resultados da empresa.-----

Vejamos como exemplo o ano de 2012.-----

Um resultado negativo de 296 mil euros, mas que se abatermos verbas em atraso a receber de algumas entidades na ordem dos 168 mil euros, indicavam um resultado negativo de 128 mil euros.-----

Resultado bem diferente do apresentado em 2013, mas mesmo assim a exigir a tomada de medidas tendentes a inverter a situação, medidas já consagradas no Plano de Reestruturação em curso, já discutido nesta AM e que no cumprimento da lei, irá permitir continuar a contar com os serviços de qualidade a que a Municpália nos habituou.-----

Porque Srs., Deputados a não ser assim e com a possível integração da gestão do Centro Cultural da Malaposta e das Piscinas Municipais nos serviços da CMO, com a burocracia conhecida e estimulada por um Estado Centralizador, recorde as 38 entidades necessárias a pronunciarem-se sobre o PDM-----

como foi aqui mencionado há poucos dias, aquele que é uma das bandeiras de Odivelas, o Centro Cultural da Malaposta, poderemos dizer que será o seu fim, pelo menos com a capacidade de oferta cultural de qualidade como é por todos reconhecido.-----

- A Odivelas Viva SA-----

No decorrer do ano de 2009 e de modo a poder avançar com a construção com a Escola EB1/JI da Ramada, Casal dos Apréstimos e do Pavilhão Multiusos, foi constituída esta empresa em cujo capital social a CMO detém uma posição minoritária de 49%, tendo aqueles equipamentos sido colocados ao serviço de Odivelas e dos Odivelenses no início do ano de 2012.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Concorde-se ou não com a solução encontrada, alternativas não existiam, mas também nunca aqui ouvimos quais as alternativas propostas pelos que tanto criticam a solução encontrada. -----

No final de 2013 os capitais próprios da empresa apresentam um saldo negativo de um pouco mais de 700 mil euros, mas os estudos de viabilidade económica efetuados garantem que a empresa reverterá a sua situação financeira, atendendo a que se encontra ainda em início de atividade. -----

Em termos de desempenho consolidado, todos os indicadores, de que salientamos apenas os resultados operacionais positivos, 2.196 milhões de euros, como os resultados líquidos, 6.097 milhões de euros, indicam que o desempenho do grupo, regista uma melhoria significativa face ao ano de 2012, resultado influenciado pela redução de custos conseguido no Município. -----

O passivo de médio e longo prazo, 46,4 milhões de euros, é superior, resultado da consolidação do passivo da Odivelas Viva SA a 100% a exemplo do que aconteceu com o ativo líquido do Município a situar-se acima dos 210 milhões de euros. -----

Que ninguém tenha dúvidas que também este passivo vai continuar a baixar e em valores consideráveis. -----

Senhor Presidente, senhores Deputados, -----

As contas consolidadas aqui apresentadas têm certificação legal como também têm o parecer favorável do revisor oficial de contas, representam o resultado das 3 entidades analisadas e consolidadas, algumas com dificuldades, mas estamos cientes que com as alterações em curso continuaremos a contar com os serviços de qualidade prestados pela Municpália, mas também dos equipamentos resultantes da Odivelas Viva, certos que as próximas consolidações de contas vão continuar a mostrar o bom desempenho orçamental do Município de Odivelas e das empresas consolidadas."-----

Pelas 21h48m, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas 22h18m os trabalhos foram retomados. -----

PONTO 3 – PROPOSTA DE ANULAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E RECOLHA DE EFLUENTES DO CONCELHO DE ODIVELAS -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Presente para deliberação, a Proposta de Anulação de Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Odivelas, de acordo a Proposta N.º 11/PRES/2014 de 2014-06-12, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 12ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 2014-06-18, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto

Pela bancada do BE foi apresentado um voto de protesto sobre o presente ponto.

“Considerando que:

1) Em 10 de abril de 2014, o Bloco de Esquerda endereçou duas perguntas à Câmara Municipal de Odivelas relativas aos encargos e custos decorrentes da anulação dos procedimentos de exploração e gestão de água no concelho de Odivelas;

2) A alínea d) do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, confere competências à Assembleia Municipal para «Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores»;

3) Em consonância, a alínea f) do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas confere competência a este órgão para «Solicitar e receber informações, através da mesa, sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que pode ser requerido por qualquer membro em qualquer momento»;

4) A alínea s) do artigo 35º da Lei 75/2013, retificada pela Lei nº 50-A/2013, de 11 de novembro, confere à Presidente da Câmara Municipal a obrigação de «Responder, em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados a esta»;



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

5) Até à data, e estando esgotado prazo legal, os deputados municipais requerentes não receberam qualquer resposta, tendo sido privados desta informação até ao momento da votação da anulação do procedimento concursal; -----

6) Esta situação tem sido recorrente ao longo deste mandato, o que, além de ser contrário à Lei, põe em causa o exercício das funções dos deputados municipais, tal como estipulado pelo artigo 25º da Lei nº 75/2013 e no artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 24 de junho de 2014, condena a violação da do artigo 35º da Lei 75/2013, por parte da Câmara Municipal de Odivelas, reafirmando o direito de qualquer membro da Assembleia Municipal a solicitar e receber as informações no prazo legalmente estabelecido." -----

O **Sr. Presidente** colocou à admissão para votação o Voto supra mencionado, tendo sido aprovado por unanimidade -----

Usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Fernando Painho pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. -----

José Falcão pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção para perguntar se existem planeamento e cálculos já feitos e que espera que haja uma estimativa de valores. O BE vai votar favoravelmente neste ponto mas coloca a questão do custo. -----

Eduarda Barros pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção onde rejeitou as considerações feitas por José Falcão. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção para afirmar que o PSD mudou de opinião mas exortou os deputados a verem os dois lados, sobre as vantagens do concurso na altura e as razões atuais para a anulação. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
X
R

José Pignatelli pela bancada **CDS/PP** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. -----

Ilídio Ferreira, Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para referir que tendo ganho o povo, não se tem que escolher vencedores. -----

Susana Santos pela bancada do **PS** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. -----

Edgar Valles pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para elogiar a nobreza da intervenção de Ilídio Ferreira -----

José Falcão pela bancada do **BE**, respondeu à intervenção de Eduarda Barros, referindo que o que estava em causa com o concurso eram os postos de trabalho. -----

Armindo Fernandes pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para afirmar que, afirma que a medida tomada engrandece quem a toma, sendo fundamental proteger os postos de trabalho. -----

Eduarda Barros pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para responder ao BE e referir a importância do projeto dos serviços intermunicipais para o futuro para Odivelas. -----

Lúcia Lemos, pela Bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para frisar que se aqui estamos a agradecer aos presidentes de Câmara de Loures e Odivelas, é porque houve uma alteração em Loures e hoje garante-se um bem: a água pública. -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção e argumentou que está aqui em causa o serviço público. Falta de água e problemas na rede eram também consensuais. -----

António Ramos pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção para frisar que desde 2006 que Odivelas defendeu os Serviços Intermunicipais. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
X
H.

Lúcia Lemos, pela Bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção para sublinhar que sempre foi dito que os municípios, até os de Loures, eram mal servidos, durante 12 anos, e que agora é necessária recuperação.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação o voto de protesto apresentado pela bancada do **BE**, tendo sido **Rejeitado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do **CDS/PP, CDU e BE** e com os votos contra das bancadas do **PS** e do **PSD**.-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos, José Falcão e José Pignatelli**, pelas bancadas da **CDU, BE e CDS/PP** respetivamente, que seguidamente se transcrevem: -----

Lúcia Lemos – -----

"A CDU votou favoravelmente o voto de protesto, apresentado pelo BE, porque acompanha os seus fundamentos, na medida em que é recorrente o comportamento da CMO em não responder atempadamente às perguntas e pedidos de esclarecimento que lhe são endereçado pelos membros desta Assembleia, incluindo os da CDU ao abrigo do Estatuto da Oposição. Razões porque votámos favoravelmente." -----

José Pignatelli – -----

"Votei favoravelmente este Voto de Protesto do Bloco de Esquerda não tanto pelo conteúdo, mas por esta Câmara Municipal ser reincidente no não cumprimento dos prazos legais para responder aos requerimentos dos Eleitos, o que se mantém pelo segundo Mandato consecutivo. -----

Estranha-se a atitude: devo recordar que na primeira sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 23 de Dezembro de 2013, o senhor vereador Paulo César Teixeira afirmou que "não havia justificação para que não fossem dadas as respostas, para além do prazo de 30 dias". -----

Ora, neste mandato, já tenho requerimentos sem resposta que ultrapassam, em muito, os trinta dias. Isto é sintomático dos Executivos camarários de Odivelas. -----

Portanto, votei para protestar, também eu, contra a falta de troco aos meus requerimentos, alguns deles elementares e cujas respostas se encontram à distância de um ou dois cliques, nos computadores dos serviços do Município. Continuo a lamentar a postura que e o executivo camarário mantém. " -----



Assembleia Municipal de Odivelas

E

X

Dr.

João Curvêlo pela bancada do BE fez um ponto de ordem sobre os prazos de resposta aos requerimentos.

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Susana Santos, João Curvêlo, Luís Salmonete, José Pignatelli e Fernando Painho**, pelas bancadas do PS, BE, PSD, CDS/PP e CDU respetivamente, que seguidamente se transcrevem:

Susana Santos -

“Está hoje a Assembleia Municipal de Odivelas a votar a anulação dos procedimentos conducentes à concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e drenagem de águas residuais no Concelho de Odivelas.

Esta anulação proposta pela CMO resulta de uma alteração de circunstâncias decisiva – a nova disponibilidade da CM Loures para a criação de serviços intermunicipalizados.

A polifonia de narrativas sobre este processo servirá, seguramente, os interesses políticos de uns de outros que, freneticamente, reclamam para si a “paternidade” dos SIMAR.

É politicamente compreensível que as forças políticas que basearam toda a sua campanha autárquica neste ponto específico (por falta de outros...) queiram agora retirar dividendos. É normal. Mesmo apesar dos resultados eleitorais claros em Odivelas.

Mas a verdade é que o PS pugnou sempre por um acordo de gestão intermunicipal. Mas não um acordo qualquer, mas um acordo que assegurasse o equilíbrio nos serviços prestados e que garantisse o investimento necessário nos dois territórios com justiça e equidade.

É quase divertido ouvir dizer que esta ou aquela força política obrigaram o PS, que acabou de ganhar umas eleições com, MAIORIA ABSOLUTA, ao que quer que seja.



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

E não se pode dizer que ninguém em Odivelas não soubesse o que estava em causa. A CDU e o BE fizeram não falaram de outra coisa durante toda a campanha. -----

O PS em Odivelas não voltou atrás. Manteve-se fiel ao que sempre preconizou para este Concelho:-----

- 1. Em primeiro lugar uma solução que nos retirasse da condição de "mero cliente" e nos devolvesse a capacidade de intervenção e decisão no nosso território;-----*
- 2. Em segundo lugar, uma solução intermunicipal entre os Municípios de Loures e Odivelas.-----*

Encontrando-se reunidos este dois pressupostos fundamentais, consumou-se uma alteração superveniente de circunstâncias que justifica plenamente a decisão que hoje somos chamados a tomar. ---

Essa alteração ocorreu em Loures, não em Odivelas. E como somos uma autarquia e não uma empresa de sondagens, não poderíamos adivinhar esta mudança em Loures.-----

A Bancada do PS está muito satisfeita com o desfecho deste processo, porque entendemos hoje, como sempre entendemos no passado, que esta é a decisão que melhor serve Odivelas e os Odivelenses. -----

O trabalho dos últimos meses tem sido árduo e frutífero, pelo que saudamos vivamente os elementos técnicos e políticos da Comissão Mista constituída entre os dois Municípios, que elaboraram toda a arquitetura dos futuro SIMAR. -----

O acordo alcançado, já votado, por unanimidade, nas duas Câmaras Municipais, aguarda o parecer obrigatório do ERSAR para depois ser sujeito às respetivas Assembleias Municipais.-----

Deste acordo queremos salientar a obrigatoriedade de consenso em matérias estratégicas fundamentais como: -----

- Os planos de investimento a médio e longo prazo;-----*
- Os orçamentos, planos e documentos económico-financeiros; -----*
- A fixação de taxas e tarifas; -----*
- Regulamentos e distribuição de pelouros;-----*
- Política de gestão de pessoal. -----*

Pelas razões expostas, o nosso voto só poderia ser favorável" -----



Assembleia Municipal de Odivelas

C

X

JD

João Curvêlo -

“O Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta proposta. Não acompanhando as considerações políticas que integram o documento apresentado pelo executivo da Câmara Municipal, fizemo-lo por dois motivos: -----

1. Em primeiro lugar, pela convicção de que esta é a única opção política que responde ao interesse da população. Votámos a favor da anulação do procedimento concursal com a mesma convicção com que votamos contra a abertura deste mesmo procedimento. A votação que hoje vimos nesta Assembleia Municipal prova isso mesmo: a opção pela privatização era uma decisão politicamente errada e socialmente isolada; -----

2. Em segundo lugar, votámos favoravelmente porque esta questão vai além da defesa da água pública. Trata-se de uma opção estratégica, que obriga as autarquias a cumprir a sua função. E, portanto, este voto favorável é enquadrado na visão que temos de uma autarquia local como garantia de serviço público; na educação, no apoio social, na defesa dos direitos humanos, na cultura, na distribuição de água e recolha de resíduos. -----

Justificando o voto favorável, não podemos deixar de fazer quatro reparos: -----

1. Os partidos que votam favoravelmente a privatização sofrem, com este desfecho, uma derrota pesada. Derrota porque o impossível era afinal possível. E derrota também porque é hoje claro que o único entrave à gestão pública da água, em Loures como em Odivelas, era o próprio Partido socialista. Esta derrota será tanto mais pesada quanto mais elevados forem os custos desta operação. E aqui só podemos lamentar que a Câmara Municipal de Odivelas tenha decidido não prestar informação aos deputados municipais, violando a Lei 75/2013 e escondendo a esta Assembleia Municipal a informação que tem obrigação de prestar. -----

2. Em segundo lugar, votamos favoravelmente esta proposta com a convicção de que a solução encontrada tem que ser uma situação de longo prazo. A centralidade do assunto não permite que se continue a jogar com uma opção estratégica para o desenvolvimento do concelho e para a estabilidade laboral dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados. Aliás, a posição do Partido Socialista tem sido tão volátil que se resume basicamente ao seguinte: quando, em 2009, não estava no seu programa eleitoral, decidiram privatizar a água; quando, em 2013, puseram no seu programa eleitoral, decidiram recuar na privatização; -----

3. Em terceiro lugar, a democracia tem que ser uma condição da própria estruturação dos Serviços Municipalizados. É de louvar o facto de o acordo alcançado adotar a solução que o Bloco sempre defendeu: a criação de uma Empresa Intermunicipal de gestão partilhada. Mas esta escolha implica um acompanhamento próximo da Assembleia Municipal, cumprindo a sua função fiscalizadora e atribuindo-



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

lhe um papel central na decisão das grandes opções estratégicas – da garantia dos direitos laborais à prioridade no investimento na requalificação da rede; da garantia na recolha de resíduos ao preço da água; -----

4. Por último, salientamos que se chegou à única solução socialmente viável. E esta solução foi encontrada da única maneira possível: colocando a Câmara Municipal a enfrentar os interesses económicos que ela própria criou, anulando o procedimento concursal e defendendo os interesses da população. Se é verdade que não esquecemos a política para nos associarmos a este voto favorável, não é menos verdade que não esqueceremos o método para discussões futuras. -----

Luís Salmonete - -----

“A nossa posição é conhecida e já foi manifestada em reuniões anteriores.” -----

Consideramos que foi uma decisão acertada manter a gestão da água na esfera pública e, apesar de posições anteriores, mudámos de opinião. -----

Portanto não aceitamos provocações no sentido de termos tido posições contrárias às que temos agora e o que temos a dizer é que – Só os burros é que não mudam. -----

Assim vamos votar favoravelmente este ponto. -----

No entanto verificamos que não está nos documentos que nos foram entregues, o ofício do Tribunal de Contas que tivemos ocasião de ler num jornal local.” -----

José Pignatelli - -----

“Devemos congratular-nos com a decisão da Câmara Municipal de Odivelas em não adjudicar a concessão da distribuição de água para consumo público e recolha e drenagem das águas residuais do Concelho de Odivelas. Já aqui o manifestámos recentemente e defendemos a manutenção dos serviços integrados nos SMAS de Loures no mandato anterior. -----

Agora, encontramos-nos perante outro fenómeno: O recurso ao pedido de indemnização dos concorrentes ao concurso público que pretendem ser ressarcidos das despesas que tiveram. Esperava-se que isto sucedesse independentemente da validade das iniciativas de cada candidatura. A legitimidade destes pedidos será julgada em sede própria. E só depois se verá se a Câmara Municipal de Odivelas terá ou não de pagar emolumentos daqui decorrentes. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten marks: a stylized 'C' and a large 'X' or 'O' shape)

Contudo, a Câmara Municipal poderia perspectivar a estes eleitos, uma estimativa dos montantes que podem estar em causa. Sabemos apenas do pedido de um dos concorrentes, a empresa que nos foi transmitido ontem, através de um documento que nos foi distribuído ontem como aditamento a este Ponto em deliberação. -----

Mas importa ressaltar que se poderia ter evitado este processo, não fosse este Executivo camarário não ter a capacidade em ouvir as oposições a devido tempo, no ano passado, que alertou - em uníssono -, para esta e outras vicissitudes e insucessos da iniciativa em concessionar estes serviços públicos tal como acontece na maioria das concessões deste género de norte a Sul do País. -----

Mais uma vez, alguns dos eleitos políticos não tiveram o discernimento sobre o horizonte, as consequências financeiras que isto acarretaria -----

Por fim, devíamos saber as razões pela qual não recebemos o documento do Tribunal de Contas sobre o tema que aqui se traz para deliberar e foi publicado num Órgão de Comunicação Social local. -----

Apesar destas contradições, continuo fiel aos princípios em que sempre acreditei relativamente a esta matéria. Por isso, VOTO FAVORAVELMENTE, mas tenho de ficar apreensivo enquanto não souber o resultado prático e respectivas consequências, da cessão do concurso de Exploração e Gestão dos Sistemas de distribuição de Água para Consumo e Recolha de Efluentes do Concelho de Odivelas." -----

Fernando Painho - -----

" A nossa posição em relação à proposta em apreço será obviamente o voto favorável. -----
Desde a 1ª hora que nos manifestámos contra a privatização dos sistemas de distribuição de água e recolha. -----

A privatização desses sistemas, como então vigorosamente sustentámos, não correspondia aos interesses da população de Odivelas e feria seriamente o interesse público. -----

O argumento então aduzido pelos responsáveis da CMO, e que referia a total indisponibilidade da CML (então sob gestão do PS) para encontrar soluções conjuntas, afigurava-se como um contrassenso. É difícil aceitar que duas gestões com a mesma "cor política" não consigam entender-se para resolver um problema tão sensível como este. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Por outro lado a solução da privatização proposta pela CMO implicava a privatização de um bem e de serviços que em nosso entender não podem deixar de estar sob a alçada das esferas jurídicas. OU seja, a solução preconizada pela CMO era sob o nosso ponto de vista inaceitável. -----

As experiências já realizadas em diversos concelho portugueses no âmbito da 420 mostravam exaustivamente que a solução da privatização traria graves problemas à população do concelho e a médio prazo, eventualmente, à própria sustentabilidade financeira do município. -----

O posterior parecer da ERSAR vinha adensar as dúvidas sobre o processo, mas vinha igualmente reforçar a nossa convicção de que o caminho proposto teria que ser invertido. -----

A petição com mais de 10.000 assinaturas entregue nesta Assembleia Municipal reforçava ainda mais a convicção da justeza da posição por nós sustentada. -----

Logo no início deste mandato, e neste órgão, questionámos a Sra. Presidente da CMO sobre o rumo do processo da água. Como então nos respondeu o processo de privatização continuava livremente o seu curso. -----

Felizmente a vitória da CDU em Loures veio permitir a reversão de todo o processo. -----

O início das negociações, a abertura e o empenho dos responsáveis dos 2 municípios conduziu a um processo de que ambos se podem orgulhar. -----

Digamos que neste processo e do seu despacho saem vitoriosas as populações e o interesse público, contra os dos SMAS. -----

Importa hoje refletir ainda que transversalmente sobre o assunto que discutimos. -----

Em primeiro lugar este processo mostra quer o entendimento de forças políticas diversas na defesa dos interesses das populações é possível. -----

Mas que isso mostra que é desfavorável. -----

Mostra também que a luta das populações e dos trabalhadores vale a pena e é parte integrante dos processos democráticos. -----

Como hoje em particular reconhecemos, o País atravessa uma profunda crise, crise essa que varre não só os valores materiais como os imateriais. -----

Há uma crise de ética, há uma crise de valores e há também uma crise de confiança dos portugueses no seu futuro. -----

A sociedade portuguesa debate-se com problemas que vão desde a área económica, à saúde, à justiça, à educação etc. A crise demográfica já deveria há muito ter preocupado os nossos responsáveis políticos. -----

Contudo a política de direita que tem comandado os destinos do País, não só não aponta caminho para a solução dos problemas como os tem agravado significativamente. -----

Podem os comentadores de serviços repetir mil vezes as mesmas mentiras e inverdades e contudo a realidade não se alterará se uma nova política democrática e de esquerda não for claramente colocada no horizonte pelas forças democráticas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

*Este processo mostra a seu modo como a vontade firme na defesa do interesse público pode conduzir a resultados positivos. Mostra que a alternativa democrática de esquerda é desejável e possível -----
Pela nossa parte estamos e estaremos disponíveis sempre para a concretização dessa unidade de esquerda, concretizada na base da defesa dos interesses do povo português e da sua soberania.”-----*

PONTO 4 – PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR – CONTRATO FINANCIAMENTO SOB A FORMA DE ABERTURA DE CRÉDITO. -----

Presente para deliberação, o Programa Reabilitar para Arrendar – Contrato Financiamento Sob a Forma de Abertura de Crédito, de acordo com a informação nº interno/2014/5473, de 2014-06-11, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 12ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 2014-06-18, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

Usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Lúcia Lemos, pela Bancada da CDU, proferiu uma intervenção para referir que, este ponto toca o património histórico e para fazer perguntas à CMO sobre esta matéria: Como se pode pedir um empréstimo e como é que a CMO irá arranjar o restante financiamento de 50%? Quando começarão as obras? Vai haver Centro Interpretativo na Fonte das Piçarras e frescos vão ser salvaguardados? -----

Tânia Beleza pela bancada do PS proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. --

Luís Salmonete, pela bancada do PSD, proferiu uma intervenção e referiu que o PSD vai votar de acordo e o património deve estar com acesso à população. -----

Ilídio Ferreira, Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção, tendo feito uma apreciação sobre o estado dos equipamentos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

José Falcão pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção sobre a recuperação dos equipamentos. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Luís Salmonete, pela Bancada do **PSD**, proferiu a seguinte intervenção: -----

“É de saudar que, finalmente haja um projeto credível para se dar início à recuperação de património municipal, apesar de se verificar que a execução das obras só terá início em 2016, com exceção da reabilitação da Quinta das Águas Férreas que terá início em 2015. -----

A câmara não tem muito património mas o que tem deve estar em condições de ser usufruído pela população. -----

Esperamos que o calendário que temos em nosso poder seja cumprido dentro do prazo e que haja também uma ideia de que forma é que estes espaços após recuperação serão disponibilizados. -----

E a chamada de atenção que fazemos relativamente aos prazos é para que a conclusão da recuperação não seja levada até 2017, ano de Eleições Autárquicas. -----

É pois com agrado que votamos favoravelmente este ponto, no entanto gostaríamos de saber se, após a recuperação o uso destes equipamentos será exclusivamente municipal e não haverá a tentação de subalugar algum espaço a privados. -----

Penso que não será essa a intenção no entanto o senhor vice-presidente poderá dar alguma explicação relativamente às reais intenções do executivo.” -----

Lúcia Lemos, pela Bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção perguntar se vai haver investimento de terceiros e, quanto à cláusula 18 do acordo, como é que a câmara vai concretizar as obras -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Tânia Beleza**, **Armindo Fernandes**, pelas bancadas do **PS** e **CDU** respetivamente, que seguidamente se transcrevem: --

Tânia Beleza – “ *É com muita satisfação que os três projetos de reabilitação - da quinta do Espírito Santo, da quinta das águas férreas e fonte das piçarras, com o centro interpretativo das águas de Caneças - foram aprovadas pelo instituto da habitação e reabilitação urbana, pelo facto, felicitamos todos os que estiveram envolvidos nestas candidaturas.* -----

Estes imóveis encontram-se em degradação, dói ver o nosso património destruído e em alguns casos vandalizado, dói, ver os frescos, nas paredes da quinta do Espírito Santo, grafitados, as janelas partidas, o teto em mau estado, a chuva a apodrecer o piso de madeira e a escadaria, dói, ver a fonte das piçarras, os tanques, os arcos de estilo neo-manuelino trabalhados com tanto detalhe e delicadeza, os azulejos em alto-relevo, a deteriorarem-se, dói ver a cultura e a história serem assim levadas. -----

Este programa “ Reabilitar para arrendar”, e este contrato de financiamento, vão permitir pôr fim à progressiva degradação, vão permitir reabilitar este património, cuidar e proteger, preservar a marca do passado, a história e a cultural do nosso povo. Criar o centro interpretativo das águas de Caneças, é deixar presente o passado, das fontes, dos viveiristas, dos aguadeiros, das lavadeiras e das termas, outrora existentes em Caneças e por sinal, muito apreciadas. -----

Já foi possível conquistar estes imóveis, agora, com este financiamento, com a vontade, força e trabalho deste executivo, será possível, retratando o passado, conceder-lhes uma nova vida. -----

É por conseguinte, com muito agrado, que a bancada do partido socialista aqui presente nesta assembleia irá votar favoravelmente este ponto.” -----

Armindo Fernandes – “ *Votámos favoravelmente este ponto porque consideramos este património de especial relevância para o município e, em especial, para a população do concelho, proposta que apenas peca por tardia, se considerarmos que as suas aquisições datam de 1987 a Quinta das Águas Férreas, em Caneças, 2007 a Quinta do Espírito Santo, em Odivelas e 2011 a Fonte das Piçarras, em Caneças. --- Este Contrato de Financiamento, sob a forma de abertura de crédito, que nos foi presente e que acaba de ser aprovado visa obter o equivalente a 50% do momento global dos custos da recuperação.* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Este é um empréstimo por trinta anos que se nos afigura como positivo, contudo, não deixa de ser mais uma dívida a longo prazo a somar a outros compromissos com reflexos no futuro. -----

Neste caso, consideramos importante a recuperação dos imóveis em questão e os benefícios que daí advirão para o concelho e para a sua população. -----

Dado o adiantado da hora, por o **Sr. Presidente da Assembleia**, foi colocado à consideração plenário retirar os pontos 5, 6, 7, 8 e 9 da Ordem de Trabalhos, de modo a serem discutidos numa outra sessão em horário regimental, tendo sido **Aprovado por Unanimidade** -----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h01m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____